



A SERVIÇO
DOS POVOS
INDÍGENAS



ISSN 1679-2885



IMPRESSO ESPECIAL
9912246452/2009/DR/PA

CIMI

---CORREIOS---

JULHO / AGOSTO - 2012 - n.º 194

**A salvação do planeta
está na sabedoria ancestral
dos povos indígenas**

Rio+20: "O futuro que queremos!"

Muita promessa, muita preparação, muito dinheiro gasto, mas principalmente muita expectativa.

Quem organizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável foi a Assembléia Geral das Nações Unidas que representa 193 países do mundo inteiro. No final das contas, com a presença de Chefes de estado e outros representantes de Governo foi uma Conferência do mais alto nível.

O assunto dizia respeito ao futuro do Planeta Terra, ao futuro de cada um de nós. Todos esperavam soluções eficazes e corajosas. O próprio Secretário Geral das Nações Unidas, reclamou da falta de garra e determinação no documento assinado pelos Chefes de Estado.

Sim! Muita expectativa e no final muita desilusão. Ficou claro que o futuro do Planeta não dependeria dos grandes. Para eles a economia é mais importante do que a vida: a riqueza de hoje em troca da destruição.

Paralelamente à Conferência Oficial grupos populares e entre eles

o "ACAMPAMENTO TERRA LIVRE" composto de cerca 1800 índios, discutiram o mesmo tema e publicaram a CARTA DO RIO. Nela afirmam com toda segurança: "A salvação do planeta está na sabedoria ancestral dos povos indígenas". É uma conclusão sábia: não convém esperar a solução dos nossos problemas do alto ou de fora, a solução está dentro de nós, ao nosso alcance. Em 2005 a cidade de Manaus foi sede de um encontro continental de Teologia Índia cujo tema foi: "A força dos pequenos é vida para o mundo." Os povos presentes descobriram, relendo sua história, que as grandes conquistas foram realizadas pelo povo humilde com a ajuda de Deus.

O futuro do Planeta exige uma mudança profunda em nossa sociedade: colocar o bem comum acima do proveito individual; colocar a economia subordinada à vida do planeta, à vida de todos. Estas mudanças não serão os grandes a realizá-las porque eles subordinam qualquer decisão ao maior lucro pessoal ou nacional.

Hoje nós somos chamados a olhar para o futuro, decidir o que queremos e escolher o caminho.



Publicação do Conselho Indigenista Missionário

Esta Revista nasceu em 1979 por iniciativa de 5 tuxauas

É uma revista de: informação
formação e
intercâmbio a serviço
dos Povos Indígenas

ISSN 1679-2335

Correspondência para:
Caixa Postal 41

CEP 66.017-970 - Belém - Pará - Brasil
Telefone: (091) 3252 - 4164 ♦ Fax: (091) 3252 - 2312
E-mail: cimibelem@hotmail.com
Site: www.mutiraoamazonia.org.br



Instrumento usado pelos mensageiros no Alto Amazonas. Com ele avisavam as aldeias quando traziam notícias.

CAPA: FOTOMONTAGEM COM CENA DE UM CASAMENTO BORORO, DA ALDEIA MERURI, MATO GROSSO. FOTO DE MÁRIO BORDIGNON.
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: ARTUR DIAS.



O FUTURO QUE QUEREMOS

O título desta matéria foi o lema da Conferência Rio+20. Nas próximas páginas, vamos saber mais sobre este evento, sua importância, limitações e avanços. Falaremos ainda da participação indígena.

Trata-se da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD). Foi organizada por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas que representa 193 países no mundo inteiro.

Esta conferência que ocorreu em junho de 2012 marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e o 10º aniversário da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), promovida em Johannesburgo em 2002. Com a presença de Chefes de Estado e outros representantes de



Ban Ki Moon, Secretário Geral da ONU e a Presidente Dilma Rousseff na abertura da Conferência. Foto: Exame/Abril.

Crianças brincam com uma réplica gigante do globo terrestre. Foto de Vandelei Almeida / AFP/Getty Images.



Governos foi uma Conferência do mais alto nível.

A TERRA É MÃE DE TODOS NÓS:

Antes e durante o evento dos chefes de estado, delegações e representantes de povos do mundo inteiro realizaram uma Cúpula dos Povos. Nesta sim foram ouvidas as vozes dos povos que sofrem as conseqüências dos maus tratos a nossa mãe Terra.

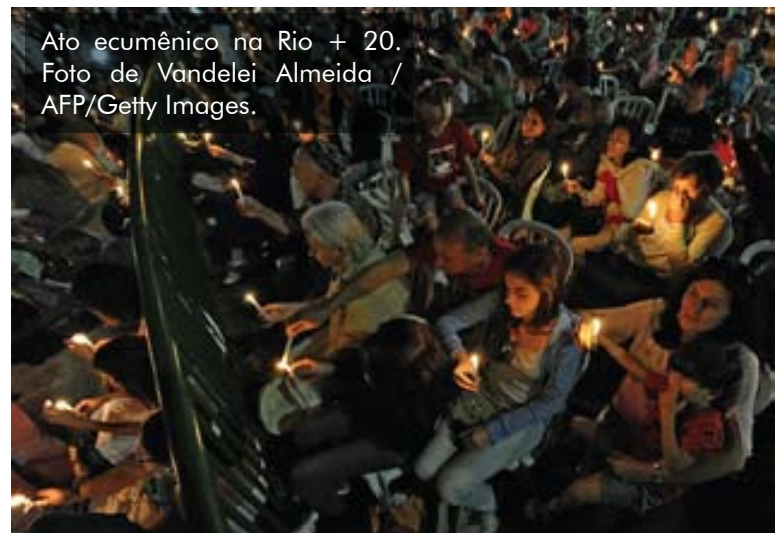
A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) propôs à Conferência o compromisso de construir um modelo de desenvolvimento alternativo que seja:

- integral e solidário,
- baseado em uma ética que inclua a responsabilidade por uma autêntica ecologia natural e humana,
- que se fundamente no evangelho da justiça, da solidariedade e do destino universal dos bens e
- que supere a lógica utilitarista e individualista que permite os poderes econômicos e tecnológicos passar por cima de critérios éticos.

E ainda destacou a necessidade de

reverter, com coragem em determinação, caminhos e decisões que, ao longo da história, só têm excluído e condenado os pobres à miséria e à morte.

A Cúpula dos Povos também afirma: *"... com uma só voz que já é hora de assumir as responsabilidades históricas para reverter séculos de depredação, contaminação, colonialismo, violação dos direitos e genocídios. É hora de assumir as responsabilidades para as gerações futuras. É o momento de escolher a vida".*



Ato ecumênico na Rio + 20. Foto de Vandelei Almeida / AFP/Getty Images.

NÃO É ESTE O FUTURO QUE QUEREMOS

Mas entre as autoridades de alto nível as palavras de ordem foram "economia verde" e "desenvolvimento sustentável". Em pouco tempo o desenvolvimento sustentável se tornou crescimento sustentável. Ou seja: o crescimento econômico foi dado prioridade sobre o desenvolvimento digno das pessoas e povos. O Rio+20 em vez de avançar regrediu e ficou menos do que em 1992. Para chegar a um consenso e um documento que todas 193 nações concordassem em assinar, escreveram uma carta



Cacique Raoni dá entrevista.

Indígena protesta no Ricentro. Foto: infoabril.



de intenções sem metas, sem prazos, sem obrigações com o título "O Futuro Que Nós Queremos".

O Secretário Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) Ban Ki-moon reclamou da falta de garra e determinação no documento assinado pelos chefes de estado. Muitos dos grupos populares gritavam "NÃO é este o futuro que queremos!" preferindo apoiar os documentos da Cúpula dos Povos e outros

grupos em conferências paralelas.

Os Povos Indígenas reunidos no Rio afirmaram "A salvação do Planeta está na sabedoria ancestral dos Povos Indígenas". O que tem que mudar é a estrutura da nossa sociedade. A plataforma boliviana sobre mudanças climáticas declarou: "Os povos do mundo reconhecem que não será possível restaurar um equilíbrio com a Mãe Terra através do mesmo sistema desumano do capitalismo que é baseado na busca de lucro".

OS POVOS INDÍGENAS FALAM

A Cúpula dos Povos, organizada pela sociedade civil e realizada concomitantemente à Rio +20, exerceu a importante tarefa de reafirmar a responsabilidade dos dirigentes das nações pelas graves conseqüências de uma opção equivocada, ao subjugar o desenvolvimento econômico ao domínio do mercado e do lucro, desconsiderando tanto a natureza quanto a vida e a cultura dos povos.

Foram vários os documentos publicados. Em seguida uns destaques daqueles documentos com maior participação indígena.



ACAMPAMENTO TERRA LIVRE

Esta edição do Acampamento Terra Livre contou com aproximadamente 1800 indígenas de todos os países das Américas e de outros continentes também. No seu documento eles se identi-

cam, descrevem seu processo de debates e não ficam somente nas denúncias, mas fazem propostas, exigências e clamores.

Chamam seu documento final CARTA DO RIO e seu lema é "A *salvação do planeta está na sabedoria ancestral dos povos indígenas*".

A seguir alguns trechos:



“Vimos em uma só voz expressar perante os governos, corporações e a sociedade como um todo o nosso grito de indignação e repúdio frente às graves crises que se abatem sobre todo o planeta e a humanidade (crises financeira, ambiental, energética, alimentar e social), em decorrência do modelo neo-desenvolvimentista e predador que aprofunda o processo de mercantilização e financeirização da vida e da Mãe Natureza”.

“Defendemos formas de vidas plúrais e autônomas, inspiradas pelo modelo do Bom Viver/Vida Plena, onde a Mãe Terra é respeitada e cuidada, onde



os seres humanos representam apenas mais uma espécie entre todas as demais que compõem a pluridiversidade do planeta. Nesse modelo, não há espaço para o chamado capitalismo verde, nem para suas novas formas de apropriação de nossa biodiversidade e de nossos conhecimentos tradicionais associados”.

No documento os indígenas repudiam todas as causas estruturais e as falsas soluções para as crises que se abatem sobre nosso planeta, inclusive:

- a prisão e o assassinato de lideranças indígenas;

- os grandes empreendimentos em territórios indígenas;
- os contratos de REDD e créditos de carbono;
- a diminuição das terras e as iniciativas em campo legal que visam a redução dos direitos indígenas.

As suas propostas visam o respeito e a garantia dos direitos indígenas e em busca de garantias para as gerações futuras uma casa comum em que todos possam viver com segurança e dignidade.

KARI-OCA

Outra conferência indígena com uns 400 indígenas brasileiros e alguns de outros países também foi realizada com o apoio da Funai e governo. Seu documento final contém alguns elementos semelhantes aos da Carta do Rio. A seguir, alguns trechos:

“A ‘Economia Verde’ se promete erradicar a pobreza, mas na realidade somente vai favorecer e responder as empresas multinacionais e o capitalismo. Se trata da continuação de uma economia global baseada nos combustíveis fósseis, na destruição do meio ambiente mediante a exploração da natu-



Terena. Foto de Ricardo Moraes/Reuters



Tenda “kari- Oca”



Wilfred Paulse - vó repórter.

reza através das indústrias extrativistas, tais como a mineração, a extração e produção petrolífera, a agricultura intensiva de monoculturas e outras inversões capitalistas. Todos esses esforços estão encaminhados as ganâncias e a acumulação de capital por uns poucos”.

“Exerceremos o direito a determinar e estabelecer nossas prioridades e estratégias de auto desenvolvimento para o uso de nossas terras, territórios e outros recursos. Exigimos que o consentimento livre, prévio e informado seja o princípio de aprovação ou desaprovação definitivo e vinculante de qualquer plano, projeto ou atividade que afete nossas terras, territórios e outros recursos. Sem o direito ao consentimento livre, prévio e informado o modelo colonialista, o domínio da Terra e seus recursos seguirão com a mesma impunidade”.



Voz do Canadá

Ta'Kaiya Blaney é indígena do povo Sliammon, do Canadá, e tem 11 anos. Ela se destacou na Conferência Rio +20 por discursar denunciando os prejuízos causados por um oleoduto que está projetado para passar em suas terras. A vida marinha e selvagem estão sob ameaça, pelo avanço das obras. Na página 28, apresentamos ainda trechos da música cantada por Ta'Kaiya, em que defende sua terra.

Economia Verde

O conceito de economia verde concentra-se principalmente na intersecção entre o ambiente e a economia.

A idéia é que todo o processo de produção e comercialização deveria contribuir cada vez mais para a sustentabilidade, tanto em seus aspectos sociais quanto ambientais. O termo foi assumido oficialmente já na Rio-92, substituindo o termo “eco-desenvolvimento”.

Cada um destes termos: ecodesenvolvimento, sustentabilidade, sociedade sustentável, economia de baixo carbono, economia sustentável, economia inclusiva e economia solidária possui definição própria dando ênfase a um ou outro aspecto de uma única idéia:

Que os processos de desenvolvimento e os instrumentos econômicos devem ser ferramentas de promoção da igualdade social e erradicação da pobreza, com respeito aos direitos humanos e sociais e conservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Só que estes termos com sentido tão nobre são descaracterizados e esvaziados e usados para disfarçar a depredação e poluição. Os piores agressores a Mãe Natureza fazem propaganda de seus programas ecológicos encobrendo ou “pintando de verde” suas atividades destrutivas. Por isso, tantos grupos no Rio+20 criticaram e repudiaram a economia verde. Como disse Evo Morales, “A economia verde é o novo colonialismo para submeter os povos e os governos anti-capitalistas. Coloniza e privatiza a biodiversidade a serviço de poucos. Verticaliza os recursos naturais e transforma a natureza em uma mercadoria. A economia verde converte todas as fontes da natureza em um bem privado a serviço de poucos”.

O Dia Mundial do Meio Ambiente e o pacote de medidas

Poucos dias antes da abertura do Rio+20, no dia 5 de junho, a presidente Dilma Rousseff homologou sete terras indígenas, assinou o decreto da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) e anunciou a criação de um comitê interministerial para a execução de medidas envolvendo a política de saúde indígena.

Estes atos ocorrem logo após uma longa temporada de apatia e má vontade do atual governo quanto aos direitos dos povos indígenas, ausência de diálogo, um quadro caótico na saúde indígena, a alteração do Código Florestal, constrangimentos públicos do Palácio do Planalto envolvendo a homologação de terras já demarcadas.

Em abril deste ano, Dilma mandou de volta para o Ministério da Justiça seis



terras indígenas prontas para serem homologadas. A alegação é de que os processos não tinham passado pelo gabinete do ministro de Minas e Energia.

Em resposta a fala da presidenta a representante dos indígenas Sônia Guajajara, vice-coordenadora da Coiab, pediu diálogo, revelou as angústias vividas pelas comunidades, fez reivindicações, pediu comprometimento do governo contra a PEC 215 e a PL da mineração, bem como solicitou reunião de trabalho com a presidente. O governo teve que ouvir a educada e mordaz mensagem dos povos indígenas.



Incêndio criminoso em acampamento indígena Guarani Kaiowá, MS, setembro de 2009.
Foto: Egon Heck

Reiterando o apelo para um diálogo até então negado pela presidência, o documento apresenta nove reivindicações no seguinte contexto: "...em que os direitos indígenas sofrem violentos ataques no Congresso Nacional, onde de forma enérgica se pretende aprovar em breve espaço de tempo a PEC 215, que visa inviabilizar demarcações de terras e o PL 1610, que libera as terras indígenas para a exploração de minérios, além da grave situação de vulnerabilidade em que se encontram os nossos povos..."

Já se foi o tempo do índio ficar calado diante do descaso e da falta de diálogo, o descumprimento dos acordos e legislação que o defende e protege o meio ambiente. Isso foi evidente na Rio+20, no Xingu+23.

Ouvir e dialogar com os povos indígenas é mais do que uma questão de justiça, é uma questão de sobrevivência do planeta, da Mãe Natureza e de todos nós seus filhos e filhas, pois a salvação do planeta está na sabedoria ancestral dos povos indígenas.



(Cópia da carta apresentada a Presidente Dilma disponível na redação do Mensageiro. Veja endereço na página 2.)



Foto de Atossa Soltani /Amazon Watch.

Xingu + 23

Trezentas pessoas entre povos indígenas, agricultores, pescadores, ativistas e moradores afetados pela construção da Hidrelétrica de Belo Monte ocuparam na manhã do dia 15 de junho uma das ensecadeiras de Belo Monte – pequena barragem próxima da Vila de Santo Antônio. A manifestação faz parte das atividades da Xingu +23. Os manifestantes abriram um canal com picaretas, pás, enxadas, deixando o Rio Xingu correr livre novamente. Moradores do Xingu fizeram uma faixa humana com as palavras “Pare Belo Monte”.



MINISTRO DO STF ARQUIVA RECLAMAÇÃO CONTRA TERRA INDÍGENA

O ministro Ricardo Lewandowski decidiu pelo arquivamento de uma Reclamação Judicial, na qual o Município de Amarante do Maranhão pretendia anular duas portarias da Funai.

As portarias determinavam a criação de grupos técnicos para verificar se a Terra Indígena Governador havia sido demarcada com um tamanho menor que o necessário. Haveria, neste caso, a possibilidade de ampliação da Terra Indígena.

O Município alegava que a terra não poderia ser ampliada porque iria contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual, terras que não tivessem ocupação indígena após 5 de outubro de 1988, não poderiam ser reconhecidas como indígenas.



Ministro Ricardo Lewandowski.

O Ministro do STF, Ricardo Lewandowski, contudo, observou que essa decisão foi aplicada ao caso específico da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, e não pode

ser aplicada à terra Indígena "Governador". Portanto, seguem em frente os trabalhos de ampliação desta Terra indígena.

Fonte: www.cimi.org

GOVERNO CRIA ÁREA DE PRESERVAÇÃO EM TERRA INDÍGENA.

Durante a cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, no dia 5 de junho, dia 5, no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff assinou decreto de criação e ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, em Padro, extremo sul da Bahia. Porém, não levou em consideração que se trata de território indígena reivindicado pelo povo Pataxó.

Conforme o decreto presidencial, o Parque Nacional do Descobrimento ganhou mais 1.549 hectares e tornou-se unidade de conservação com 22.678 hectares. Dentro da área estão instaladas cinco aldeias Pataxó: Pequy, Tibá, Cahy, Monte Dourado



Crianças da Aldeia Pequy, Cumuruxatiba, na área do PND. Com elas, o sociólogo João Veridiano Neto, do IFBA.

e Alegria Nova. Desde 2003 os Pataxó reivindicam cerca de 22 mil hectares incidentes no Parque Nacional. Em caso de sobreposição, prevalece a área indígena, de acordo com a Constituição Federal. Durante cerimônia de comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, na terça-feira, dia 5, no Palácio do Planalto, a presidente Dilma Rousseff assinou decreto de criação e ampliação do Parque Nacional do Descobrimento, em Padro, extremo sul da Bahia. Porém, não levou em consideração que se trata de território indígena reivindicado pelo povo Pataxó.

Conforme o decreto presidencial, o Parque Nacional do Descobrimento ganhou mais 1.549 hectares e tornou-se unidade de conservação com 22.678 hectares. Dentro da área estão instaladas cinco aldeias Pataxó: Pequy, Tibá, Cahy, Monte Dourado e Alegria Nova. Desde 2003 os Pataxó reivindicam cerca de 22 mil hectares incidentes no Parque Nacional. Em caso de sobreposição, prevalece a área indígena, de acordo com a Constituição Federal.

José Fragoso Pataxó manifestou surpresa e indignação com o anúncio do decreto.

Ele disse à reportagem do Cimi que havia um Grupo de trabalho criado pela Funai para o reconhecimento da área, inclusive com participação do Ibama e da própria presidência da República.

No extremo sul baiano, o Parque Nacional Monte Pascoal também incide sobre área Pataxó, mas as tratativas para a transferência da área indígena estão adiantadas. Em abril, um grupo de lideranças Pataxó esteve em Brasília e reivindicou a demarcação da terra indígena do Parque Nacional do Descobrimento. om a Constituição Federal. Fonte: www.cimi.org

SOS VALE

UM ANO DE

Reunião Kanamari e Matsés. Foto: J Roshá



No Vale do Javari, nos últimos dez anos, morreram mais de 300 indígenas de doenças como malária e hepatite. Após inúmeros apelos e depois do Ministério Público declarar não saber quais providências tomar para solucionar este grave problema, os índios resolveram procurar soluções eles mesmos.

Os indígenas organizaram e realizaram a II Assembléia Geral dos Povos do Vale do Javari. A Assembléia aconteceu em 2011, na aldeia Lobo, localizada no alto rio Jaquirana, distante de Atalaia do Norte cerca de 800 quilômetros por via fluvial. Participaram em torno de 200 representantes dos povos Mayoruna, Kanamari, Matis e Marubo, além de convidados do lado peruano. Foi um dos

eventos mais significativos já realizados, pois há muitos anos os diversos povos da região não se encontravam para discutir os problemas comuns. Além dos indígenas, participaram na ocasião representantes das seguintes entidades:

- Conselho Indigenista Missionário – Cimi,
- Fundação Nacional do Índio – Funai,
- Fundação Nacional de Saúde – Funasa,
- Centro de Trabalho Indigenista – CTI,
- Frente de Proteção Etnoambiental/ Funai
- Universidade Federal do Amazonas,
- Equipe Itinerante e

DO JAVARI

CAMPANHA

- representantes do Frades Capuchinhos da Diocese do Alto Solimões.

As organizações indígenas promotoras do evento foram

- União dos Povos Indígenas do Vale do Javari – Univaja;
- Associação Kamanari do Vale do Javari – Akavaja;
- Associação Indígena Matis – Aima;
- Associação Marubo de São Sebastião.

Na referida Assembléia, os indígenas aprovaram a realização de uma campanha destinada a sensibilizar e mobilizar a opinião pública nacional e internacional para pressionar o Governo Federal a prestar assistência aos povos da região de modo a estancar a mortandade e restaurar a saúde.

A articulação da Campanha iniciou em junho 2011 e conseguiu importantes resultados junto às instituições. Por volta do mês de agosto foram produzidos os primeiros materiais da campanha: cartazes, folders e camisetas, custeados pelas entidades citadas anteriormente.

A campanha teve amplo sucesso nas cidades de Manaus, Atalaia do Norte e Benjamim e apoio de numerosas entidades e do Ministério Público. Em abril de 2012 estava pronto o Vídeo "Javari", feito pelo CIMI em parceria com a Tv Ufam-Universidade federal da Amazônia. A partir da influência da Campanha algumas iniciativas foram tomadas como o deslocamento dos doentes e principalmente das grávidas para a cidade de Atalalaía, medida que resultou inviável devido a dificuldade da

viagem que colocava em risco os próprios doentes. Também o deslocamento de equipes da Sesai para as aldeias e a iniciativa do Governo do Estado do Amazonas em proporcionar o atendimento em 14 comunidades de Atalaia do Norte por meio do barco do Programa de Atendimento Itinerante, não acrescentaram resultado satisfatório para os indígenas no que se refere à saúde.

Agora a Campanha está sendo intensificada, mas é urgente encontrar e propor soluções mais eficazes. Estamos pensando num barco hospitalar e na assistência sanitária permanente nas próprias aldeias. Sabemos com é difícil encontrar profissionais dispostos em ficar em lugares distantes e isolados. É necessário apelar para pessoas com espírito missionários que se desloquem não tanto por causa do salário mas que abracem a causa e sejam verdadeiros amigos destes povos.

Temos que reencontrar o sentido da gratuidade e da doação da vida em favor dos nossos irmãos.

Jorge Marubo e Evan Almeida - Sesai - J. Roshá



LANÇAMENTO

Por Luana Luizy,
de Brasília

Racismo, danos ambientais nas terras indígenas, morosidade na regularização de terras e morte por desassistência na área de saúde. Estes foram alguns dos pontos abordados referentes aos dados de 2011 do Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, lançado na quarta-feira, 13 de junho de 2012, no auditório Dom Helder Câmara, da CNBB.

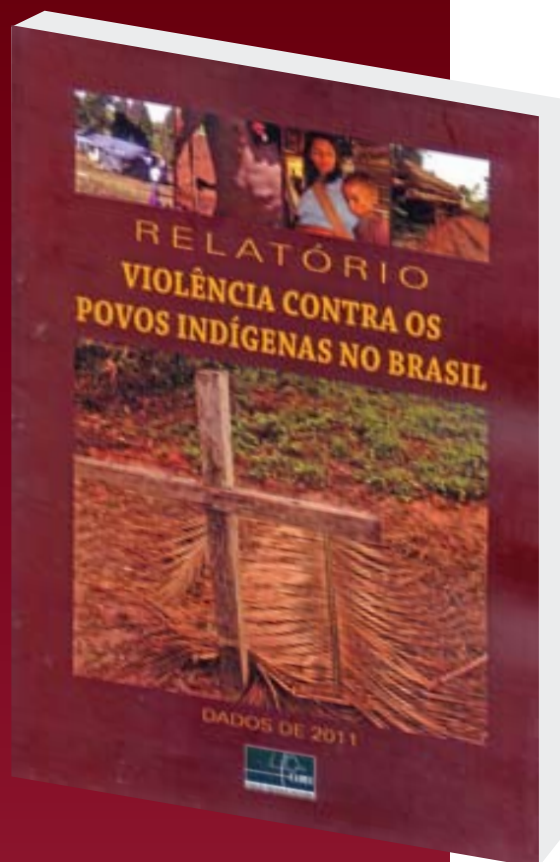
O relatório foi elaborado a partir de dados publicados nas fontes de imprensa escrita e virtual, fichas preenchidas pelos missionários do Cimi e informações provenientes de relatórios policiais e do Ministério Público Federal. "Nós não criamos esses dados, mas sistematizamos. É uma metodologia que garante que eles não foram inventados. O relatório possui uma estrutura dividida ao longo de cinco capítulos que falam da violência contra os povos indígenas e morosidade no processo de demarcação", diz a antropóloga e professora da PUC/SP, Lúcia Helena Rangel, que coordenou a elaboração do relatório.

Submetidos a vários tipos de violência, o relatório aponta uma média de 55 assassinatos de indígenas entre os anos de 2003 e 2011, num total de 503 mortos nesse período; em 2011, registram-se 51 vítimas. "Nosso serviço não é de caridade assistencialista, mas aos nossos irmãos e irmãs que possuem seus direitos renegados. Nossa sensação é de que os conflitos têm aumentado", reitera Dom Leonardo, secretário geral da CNBB.

Guarani Kaiowá em pior situação

Das 51 mortes registradas no relatório no ano de 2011, 32 são de Guarani-Kaiowá, do estado de Mato Grosso do Sul, o que corresponde a 62% das mortes a nível nacional.

"No Mato Grosso do Sul, a situação é bastante crítica, retrato de uma guerra e genocídio contra os



"Precisamos que os dados não fiquem apenas nos estandes de livros, mas que ocupem corações e mentes. Atualmente os índios vivem sob um contexto de abandono por parte do governo e da Funai. Esperamos também que a Rio + 20 chame atenção para os povos indígenas"

Dom Erwin Kräutler
presidente do Cimi.



Egon Heck

Guarani Kaiowá. Há uma série de denúncias e ações contrárias do poder executivo frente a esses povos, que inverte totalmente a situação afirmando que os índios afetam o desenvolvimento do estado”, critica Lúcia Rangel.

A morosidade em demarcar e homologar terras indígenas contribui para que os

povos fiquem vulneráveis e essa é uma das principais causas aos danos ambientais. Em 2011, foram homologadas apenas três terras pela presidenta Dilma Rousseff. “Temos constatado um ritmo bastante lento no processo de demarcação. Em 1992, Fernando Collor pretendia levantar a bandeira ambiental, pois o Brasil sediava então a Eco 92, e demarcou 128 terras indígenas, enquanto no governo de Lula apenas 88 foram demarcadas”, conta Lúcia Helena Rangel.

Vale do Javari: saúde doente

Ameaçados pela disseminação de doenças e quadro crítico de saúde na região, intensificada pela falta de atendimento adequado, os povos indígenas do Vale do Javari, localizado no estado do Amazonas, tiveram suas tragédias denunciadas pelo relatório. O presidente da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Unijava), Jader Marubo, participou no lançamento.



Nilvo Favrelo

“É muito triste representar os Javari aqui. Venho de uma terra onde a cada dia morrem indígenas em função do descaso do governo. A Sesai,

por exemplo, tem uma política apenas de remoção dos indígenas. Na nossa aldeia, 82% dos indígenas estão infectados com hepatites virais. Há doenças que nossos pajés não sabem mais como curar. Nosso território está sendo invadido por fazendeiros, madeireiros e narcotraficantes”, lamenta Jader Marubo.

Hidrelétrica

A questão de Belo Monte, também foi lembrada no evento, pois começa hoje e segue até o dia 17, na região do rio Xingu, o encontro que marca os 23 anos da primeira vitória dos povos contra o projeto de barragem do rio em 1989, chamado de Xingu + 23. “São 23 anos em que os indígenas lutam pelos seus direitos e para que esse projeto monstruoso não se torne realidade. O tema Xingu está ligado a causa indígena. Belo Monte será fatal para esses povos. Esperamos que esse relatório seja colocado nas mãos da imprensa e do povo brasileiro”, protestou Dom Erwin.



Sul da Bahia

A Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguaçu, que recentemente teve seus invasores retirados por decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) a favor dos Pataxó Hã-Hã-Hãe esteve representada na mesa pelo cacique Nailton Muniz. “Conseguimos ter resistência e o reconhecimento do nosso território. Esse ano completa-se 15 anos que queimaram Galdino (em abril de 1997) no ‘terreiro’ da Presidência da República. Porém, o meu problema só será resolvido quando os problemas de todos os indígenas forem resolvidos também”, assegura Nailton Pataxó Hã-Hã-Hãe.



Ao centro, D. Erwin e, à sua esquerda, Nailton Pataxó Hã Hã Hãe. Foto de Laila Menezes.



A ESPIRITUALIDADE ENAWENÊ



© Fiona Watson/Survival

O povo indígena Enawenê Nawê ficou em evidência na televisão por alguns dias, graças a uma edição do programa “Globo Repórter”, levada ao ar em 08 de junho, na Rede Globo. A reportagem mostrou um povo em permanente ritual religioso, realizando esforços coletivos para manter a harmonia entre o seu mundo e o mundo espiritual. Esses rituais são partes de um ciclo que pode durar vários anos, e envolvem a produção do alimento para toda a aldeia, mas também a busca de satisfazer os seres espirituais, divididos entre celestiais e subterrâneos.

Nesta matéria, queremos levar aos leitores um pouco mais da riqueza cultural dos Enawenê Nawê. Para isso, utilizamos como base o artigo intitulado “Tempo e Espaço entre os Enawene Nawe”, disponível na internet em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011998000200002 de autoria do professor Márcio Silva, pesquisador do Departamento de Antropologia da USP. As descrições feitas pelo professor Silva têm como objetivo criar um modelo científico; aqui elas serão usadas para mostrar um povo criando e recriando seu modo de viver, com suas belezas e angústias.

Eles habitam uma região de transição entre o cerrado e a floresta equatorial, numa área de aproximadamente 740 mil hectares, localizada no vale do rio Juruena, formador do rio Tapajós, na porção noroeste do Estado de Mato Grosso, Brasil. É um lugar rochoso, em que se combinam cerrado e floresta tropical. Há muitos riachos, lagoas e áreas alagáveis. Tanto a terra como a água são pobres em nutrientes, e os Enawenê Nawê se dedicam ao cultivo de mandioca e de milho, e também à pesca. Eles não gostam de carne de caça. Preferem o peixe e também alguns tipos de insetos.

O mito da transformação da terra:

“Os Enawene Nawe desenvolveram a seguinte explicação para a paisagem natural: Em tempos remotos, afirmam, a superfície terrestre era absolutamente plana e sem qualquer vegetação. No meio deste cenário, havia uma única árvore gigantesca (*atahixuane*), uma árvore de milhares de árvores de todas as espécies. Um dia, um herói chamado Wadare, ajudado por outros Enawene Nawe, decidiu derrubá-la a golpes de machado. Com o impacto provocado pela queda desta árvore descomunal, surgiram os leitos dos rios e as ondulações no relevo. A queda permitiu ainda o surgimento da cobertura vegetal.”

IDADE DO POVO ENAWÊNÊ NAWÊ

Esse é o espaço ocupado pelos índios; acima dele, existe o "plano celestial" domínio dos *enore-nawe*, que são os ancestrais dos Enawenê Nawê; no plano subterrâneo, vivem os *yakairiti*, espíritos predadores. Os três mundos existem ligados entre si, através da organização do tempo pelos índios. Funciona da seguinte maneira: Todo o trabalho de produção de alimentos, seja o plantio, colheita, pesca, tudo é feito de acordo com as cerimônias religiosas que precisam ser realizadas. E tanto a produção de alimentos como as cerimônias são realizadas de acordo com um "calendário" feito de duas estações, que o pesquisador chama de "estações econômico- cerimoniais".

"Uma delas é marcada pelas interações entre os Enawene Nawe e os espíritos do patamar subterrâneo, englobando os períodos de cheia, vazante e seca do ciclo hidrológico; outra é voltada para as suas relações com os espíritos do patamar celeste, durante o período de enchente. Cada uma dessas "estações" se desdobra, por sua vez, em duas fases distintas: a estação dos espíritos subterrâneos é constituída pelos períodos dos rituais *yãkwa* e *lerohĩ*; a dos espíritos celestes, pelos períodos dos rituais *saluma* e *kateokõ*."

Ou seja, é conforme o clima e o regime dos rios que os rituais são realizados. Começa pela estação seca, com rituais dedicados aos espíritos subterrâneos. São plantados o milho e a mandioca, e é feita uma breve cerimônia do *lerohĩ*. Ainda dentro do *lerohĩ*, são feitas pescarias e mais alguns ri-



tuais, até o fim da estação seca. Chegam as chuvas e é hora de fazer o *saluma*, ritual para os seres celestiais. De dois em dois anos, as mulheres fazem o ritual do *kateokõ*, também dedicado aos celestiais. É feita uma expedição de pesca e coleta de mel, e depois um longo ritual complementar. Terminado este, começam os jogos de bola (*haira*) e depois é que se entra nos rituais do *yãkwa*, aquele ritual que a reportagem da TV apresentou. O *yãkwa* segue até o plantio de mandioca e milho, quando novamente as coisas se repetem.

Os Enawene Nawe se concebem como descendentes de Saluma e Kateokõ, sendo os espíritos celestes por eles representados como seus avós-ancestrais. Enquanto isso, *Yãkwa* e *lerohĩ* são os "Outros", afins ligados a Saluma por Kateokõ.

Ao contrário do que se costuma imaginar sobre os povos indígenas, a mata não é vista pelos Enawenê Nawê como um lugar acolhedor, onde se poderia andar seguro. É que os *yakairiti*, mesmo sendo espíritos subterrâneos, costumam vagar pela mata (*kaira*), assim como as sombras dos mortos (*dakuti*). Somente a área da aldeia (*hotai-kiti*) e das roças (*masenekwa*) é que podem ser considerados espaços dos humanos.

Quando eles acham que há um número excessivo de mortos enterrados no chão



Fiona Watson/ Survival



das casas, decidem então trocar a aldeia de lugar, justamente para evitar o contato com as sombras dos falecidos.

A aldeia é formada por um círculo de dez casas comunais retangulares (hakolo) e um pátio central, onde fica a casa-dos-clãs (haiti), onde são guardadas as flautas utilizadas no cerimonial dedicado aos espíritos subterrâneos.

Os mitos das Origens:

Eles têm duas explicações mitológicas diferentes para o seu surgimento, mas uma serve de complemento à outra.

Numa delas, contam ter havido no passado uma grande enchente, que afogou todas as pessoas, sobrando apenas um casal que conseguira escalar o morro mais alto da região. Depois que as águas baixaram, eles geraram muitos filhos, dando origem aos clãs. No outro mito, dizem ter existido muitas tribos ancestrais que moravam no interior de uma rocha, até que um pica-pau, usando o bico, abriu uma passagem na rocha que os deixou conhecer o mundo exterior.

Até então, essas diferentes tribos tinham "culturas incompletas ou defeituosas". Cada um dos clãs já tinha os seus espíritos celestiais e subterrâneos. Os subterrâneos porém, são cheios de qualidades ruins, e em certo momento, conforme o mito, eles promoveram uma série de catástrofes contra os humanos, por meio de ataques de onças, monstros aquáticos, tribos inimigas, epide-

mias etc. depois disso, os espíritos celestes e os subterrâneos orientaram os sobreviventes a se dirigirem à aldeia de um dos clãs principais, o aweresese.

Nessa aldeia, na casa dos clãs, eles depositaram suas flautas na posição em que se encontram até os dias atuais. Ali, começaram a "corrigir" aquilo que havia de "errado" no modo de vida de cada um dos clãs: quem comia carne de caça deixou de fazê-lo; passaram a usar estojo peniano etc. Passaram também a fazer casamentos entre membros de diferentes clãs.

As cerimônias:

Como dissemos no começo, as estações (enchente, cheia, seca etc.) são dedicadas aos espíritos. E em cada estação os índios realizam algum ritual específico dedicado a esses espíritos. Na estação dos espíritos subterrâneos, um ou mais clãs permanecem na aldeia, durante dois anos, produzindo muito alimento de origem vegetal. Os outros clãs partem nas expedições de pesca, que duram dois meses ou mais. Na volta, eles fazem a troca do peixe defumado pelos alimentos de origem vegetal.

Os que ficaram na aldeia são os anfitriões (harikare). Eles fazem as fogueiras que queimam a noite inteira, e oferecem mingau e sal vegetal aos que chegam com o peixe. Estes representam os yakairiti, espíritos subterrâneos, que precisam ser acalmados através da comida que os humanos oferecem, com sucesso.

Ao todo, nesse revezamento de funções



cerimoniais, cada clã leva até seis anos cumprindo responsabilidades produtivas e cerimoniais.

Os diferentes mundos:

O mundo dos espíritos celestes é definido como perfeito, onde todos são "imortais, belos, generosos, alvos, brincalhões, bondosos e saudáveis" e o alimento em sua aldeia é farto sem precisar ser cultivado; são os donos do mel e dos insetos voadores que servem de alimento aos humanos. Possuem poder de prevenção e cura de doenças, quando intervem contra os espíritos subterrâneos que causam as doenças.

Os espíritos subterrâneos, como já vimos, são traiçoeiros, causadores das coisas ruins. E são praticamente donos da maior parte dos recursos da natureza, como o peixe, a madeira, os frutos e até os cultivos! É por esse motivo que não se pode



contrariá-los. Para eles, os Enawenê Nawê são apenas "mortos" ou "comida".

Eles sempre estão a exigir muita comida, e os humanos têm a obrigação de fornecê-la. Caso contrário, dizem, os subterrâneos matarão a todos.

Vivendo entre os dois mundos, os humanos desejam ser parecidos aos celestiais, mas vivem sob os caprichos dos subterrâneos. Os humanos são, assim, uma espécie de combinação de "celestiais" com "subterrâneos".

Essa relação com os espíritos é visível nos rituais: com os celestiais, os Enawenê Nawê têm uma relação mais calma, realizando para eles um ritual mais curto, no período da enchente. A estação dos subterrâneos é mais longa (cheia, vazante, seca). Nesta, os humanos não podem falhar.

A situação atual dos Enawenê Nawê chama a atenção porque o ritual do Yãkwa está sob risco de desaparecimento. A instalação de Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) ao longo do Rio Juruena está dificultando a reprodução dos peixes. A pesca se tornou mais difícil para os índios, que passaram a receber da Funai peixes vindos de criadouros. Essa solução, porém, não é bem vista pelos índios. A tradição manda que eles pesquem acompanhados dos espíritos celestiais e dos subterrâneos. Como ultimamente os peixes se tornaram muito raros, a frustração é muito grande. Eles esperam do poder público que olhe para a sua situação e também para a natureza que os rodeia e alimenta.



Enawenê Nawê

Mito das origens



Antigamente, os Enawene moravam dentro de uma pedra. Um dia, um raio atingiu a pedra e fez um buracinho.

Um passarinho viu e saiu pelo buraco. Na volta, ele passou espremido pelo buraco



Dentro da pedra, ficou pensativo e calado. Vendo-o assim, o chefe Wadare perguntou:



"O que houve, titio? você está doente?"

Ele respondeu:

"Não, sobrinho, eu saí por aquele buraco, como peixe, vi as flores... é bonito lá fora!"



Wadare chamou o pica-pau de cabeça vermelha e disse: "Aumente esse buraco para a gente sair!"



O pica-pau foi batendo: toc, toc... e abriu um buraco do tamanho de uma porta



As pessoas foram saindo da pedra e cada povo tomou seu rumo



Wadare levou os Enawene para o rio Papagaio. Lá, ele tocou uma flauta e os paus saíram debaixo da água e vieram sozinhos. Eles se empilharam e formaram a Casa das Flautas.

Vieram os outros paus e formaram as casas da aldeia. A aldeia já estava pronta, quando Ayarioko apontou para a Casa das Flautas e disse:



"Esta casa é minha!"
Os outros responderam:
"Não é sua! É a casa dos Yäkwa!"



Então Ayarioko tocou a flauta mágica:

Os paus não gostaram e voltaram pra dentro da água. As casas se desmancharam! Ayarioko estragou tudo. acabou a aldeia.



Na Sala de Aula

Professores e alunos:

Aqui sugerimos uma série de atividades para desenvolver em sala, a partir do conteúdo das matérias. Vale a criatividade e o dinamismo de cada um, e juntos, a obra coletiva da classe. O nosso trabalho vai ficar melhor ainda se vocês também mandarem suas idéias, os resultados dos trabalhos realizados.

RIO + 20

Esta edição do Mensageiro dá muito destaque ao grande evento chamado Rio+20. Houve também o Xingu+23, eventos importantes porque trataram de nossa Mãe Terra, de como os humanos estão tratando-a e do que poderá ser nosso futuro se não mudarmos algo. Não são as personalidades famosas que participaram nestes eventos que os fazem importantes (chefes de estado, atores e cantores, políticos e parlamentares, ONGs ambientalistas e ruralistas) e nem a grande quantidade de gente do povo que estava lá manifestando sua preocupação e protestos. Não foram importantes pelos documentos oficiais, que para chegar ao acordo ficaram sem sentido.



Há muito tempo o Mensageiro vem falando destes assuntos, propondo ações e explicando o que os cientistas nos ensinam para melhorar a condição de nossa Mãe Natureza, melhorar o tratamento dela por nós humanos.

1. Na sua sala de aula, lê e analisa os textos na matéria no início da revista.
2. Veja em outras fontes o que se diz sobre as

questões levantadas.

3. Estuda com especial atenção o que dizem os povos indígenas a respeito.
4. Conversa sobre isso na sala. Junta com alunos de outras salas num grande debate a respeito. Pergunta-se o que isso tem a ver conosco aqui em nossa aldeia (ou bairro ou sítio...).
5. Procura soluções para esta situação, soluções a partir de cada pessoa, cada família, cada comunidade e o conjunto das comunidades.
6. Faz cartazes que mostram estas soluções. Ilustra bem o cartaz com fotos (de mensageiros passados e outras revistas ou seu próprio desenho). Apresenta estes cartazes numa reunião da comunidade e encoraja todos a ajudarem cuidar da Mãe Natureza.
7. Faz uma pesquisa sobre o prefeito e os vereadores de seu município, e sobre seus deputados e senadores. Se achar algum que esteja protegendo a natureza, escreva encorajando e parabenizando pelo bom trabalho. Quando achar algum que não protege, escreva criticando educadamente e alerta todos os eleitores que conhece para não votar naquela pessoa.



pp. 12-13 Vale do Javari

A situação de saúde é precária em todo Brasil, mas atinge níveis dramáticos entre os povos no Vale do Javari. A Campanha internacional lançado há um ano conseguiu chamar a atenção das autoridades. Todavia as medidas tomadas ainda não resolveram o problema.

1. Quais as soluções que você propõe?
2. Como está a situação de saúde na sua aldeia?

3. O que a comunidade e as lideranças estão fazendo para melhorar?



pp. 14-15 Relatório de Violência

O artigo destaca apenas alguns pontos do relatório sobre violência. Quem puder ler todo o relatório descobre que a violência vem de fora e de dentro. Vem dos bandidos e criminosos e vem também de autoridades que abusam de sua posição.

1. Como está esta situação na sua aldeia?
2. O que precisa mudar?
3. Viram que faz 15 anos desde o assassinato de Galdino Pataxó. Faça a memória dele e de outros que deram e dão sua vida para defender a terra e o povo.



Pp. 16-21 Enawene Nawe

De acordo com a idade e nível de seus alunos, fazer um estudo sobre algum ritual importante para seu povo. Convidar um dos mais velhos para contar o mito das origens. Deste mito, fazer desenhos ou dramatização e conversar sobre seu sentido e a sua importância para seu povo hoje. Fazer a mesma coisa com algum ritual do povo. Ver se é possível realizar este ritual. Não esquecer que em alguns casos os rituais pode ser também uma celebração religiosa que foi assimilada por seu povo.

Fazer uma comparação entre o que os antigos e os novos: o que cada um considera belo ou feio, bom ou mau, gostoso ou ruim, do que é permitido e o que é proibido, do que acredita e o que não acredita. Ver se as duas listas combinam ou tem

muita diferença. Onde tem diferença, conversar sobre o porque e se isso é bom ou não. Chama outras pessoas para debater com vocês.

Os Enawene Nawe reclamam da

falta de peixe, da falta da pescaria que é ritual. A Funai compra os peixes, mas não satisfaz. Por quê? Quando não há condições de realizar um ritual, o que pode fazer? Tem situações assim no seu povo? Como resolvem?



Pp24-26 Munduruku

Um cacique Munduruku falou: "Quem constrói barragens parece que não tem filhos!" Promover um debate sobre esta frase e o que significa.

No documento: 100 Anos na Esperança, os Munduruku procuram "unir e mobilizar toda a Mundurucânia, a sociedade brasileira e todas as pessoas de boa vontade no compromisso de preservar a vida – florestas, rios e seres humanos – na Amazônia para que os nossos filhos e netos tenham um futuro feliz."

E seu povo, sua aldeia, sua escola, está fazendo o que

para contribuir com este objetivo? Fazer umas ações concretas e escrevam para o Mensageiro.



Mandar para o Mensageiro os trabalhos, desenhos, fotos e relatos de suas atividades com estes e outros assuntos. A sua criatividade não só informa como também ajuda e estimula outros parentes no seu trabalho.

TOPAGA SOAT JEYMUBACAN – DEUS ABENÇOE A TODOS NÓS!

“A chegada dos franciscanos foi uma bênção para nosso povo!”

Cacique Venâncio

Já no século XIX os índios Munduruku eram usados pelo Governo para dominar outros índios como os Parintintis. Os índios Munduruku, “cara preta”, como eram apelidados, eram valentes e temidos guerreiros, conhecidos como cortadores de cabeças, parecidos com os Shuar do Equador. Eles cortavam as cabeças dos inimigos mortos, reduziavam-nas, enfeitavam-nas e as conservavam em suas casas ou na frente delas, como espíritos propiciatórios. São hoje o povo indígena mais numeroso no Pará.

Foto: Irmã Cláudia



Foto: Irmã Cristina

03 rapazes, subindo o rio Tapajós por 700 km e depois o rio Cururu por outros 150. A viagem durou mais de 02 meses. Em seguida vieram o frei Plácido Tölle e frei Luiz Wandt e 03 irmãs: a Madre Coleta e as noviças Cecília e Águeda. A missão estava iniciando em 1912 e nesse ano celebrou 100 anos de vida. Frei Hugo conta que, “fora como se o rio o chamasse”, mais ainda: ele “amou o Cururu desde a primeira vez que nele entrou. Ele sabia que em algum lugar daquele rio havia um povo diferente, cuja língua ele não conhecia... que era uma língua difícil de saber bem. Obstinado, resolveu aprendê-la bem e levar a Palavra do Pai aos Munduruku na sua própria língua... Dizia consigo mesmo: ‘hei de conhecer cada ave, flor, árvore, trepadeira, arbusto, peixe, serpen-



Foto: Irmã Cristina

A missão entre os Munduruku foi a primeira aberta no Pará no século XX pelos Franciscanos da diocese de Santarém. Os primeiros frades chegaram em 1908 e as irmãs em 1912, o ano em que iniciou oficialmente a missão.

Mais de 100 anos atrás os franciscanos visitaram os Munduruku quando a sociedade externa os estavam pressionando querendo ocupar a terra deles em busca principalmente de ouro e castanhas. Os franciscanos menores vinham da Alemanha. Frei Hugo foi na frente com



Foto: Irmã Cristina

te e animal. Só assim eu posso conhecer a mata e seu povo...

As 03 irmãs "acompanhavam os índios em seus afazeres diários, iam à roça, plantavam, colhiam, participavam, enfim, em tudo da vida do povo. Com suas habilidades femininas deram novo brilho à missão." Apesar de todas as limitações da época, os missionários e as missionárias amaram o povo e compartilharam a sua vida. Os franciscanos menores e as Irmãs vivem lado a lado com os Munduruku escrevendo uma história fascinante há um século. "Pain" (padre) Plácido dedicou 55 anos de sua vida aos seus amigos indígenas, aos quais anunciou não somente a Boa Nova, mas também se comprometeu com a promoção humana deles. Ele pesquisou a história da tribo e criou uma forma escrita da língua mundurukânia. Até hoje temos um povo preservado em sua cultura e com seus direitos reconhecidos.

No Alto-Tapajós e nos seus afluentes Teles Pires, Kabitutu e Rio das Tropas surgiram mais de 100 grandes e peque-



Cacique Venâncio Puchu. Foto: Luiz Cláudio - Cimi



Foto: Irmã Cristina

nas aldeias. No ano de 2004 o presidente Lula homologou o decreto da Terra Indígena Munduruku que tem uma extensão de 25.000 km².

Um exemplo de como a cultura é respeitada é a educação escolar: Nos primeiros quatro anos do Ensino Fundamental ensina-se Munduruku, a partir da 5ª série também o português. Muitos jovens estudam bem no Ensino Médio.

Hoje o futuro dos Munduruku é mais uma vez ameaçado: além da garimpagem o Governo Federal planeja



Uma publicação a serviço dos povos indígenas e da Amazônia.

ASSINATURA ANUAL:

Não-índio: R\$ 30,00

Índigena: R\$ 15,00

Apoio: R\$ 60,00

EXEMPLARES AVULSOS: R\$ 3,00

Marque aqui o seu tipo de assinatura:

- Nova
- Renovação
- Índigena
- Apoio

Pagamento

- Cheque Nominal
- Depósito Bancário

Em: ____ / ____ / ____

Depósito Bancário:

Banco Bradesco Agência **3109-7**

Conta Corrente **135641-0**

Em nome de **Conselho Indigenista Missionário**

Para fazer assinatura do Mensageiro, preencha o cupom no verso desta página, e envie para o endereço abaixo.

Editora Mensageiro
Caixa Postal 41
66017-970 Belém, Pará

fone: 091- 3252 - 4164
Fax: 091- 3252 - 2312
E.mail: cimiblm@amazon.com.br

a construção de cinco hidrelétricas. Ninguém duvida dos imensos impactos ambientais que isso acarreta – sem falar da perda do habitat natural dos povos originários e de suas dificuldades de navegar, de pescar, e assim adiante. Outro desafio ecológico é o mercado dos créditos de carbono que em poucos dias já interferiu na convivência pacífica dos Munduruku. Numa reunião na aldeia Samaúma, o velho capitão sintetizou perfeitamente o pensamento deste povo: *"No plano de Deus não tem estes projetos de barragens... Quem constrói barragens, parece que não tem filhos!"*

Em maio deste ano os índios, os franciscanos e as irmãs da Imaculada Conceição celebraram a festa dos 100 anos cujo lema foi: "Na história das origens, a esperança do futuro". Vieram 36 missionários/as do Brasil e do exterior (agentes de movimentos sociais, religio-



Foto: Irmã Cristina



Foto: Irmã Cristina

sos/as, padres e o bispo de Itaituba), de forma que estiveram presentes todos os cinco continentes, representados por nove países.

Os índios praticamente tomaram conta da aldeia da missão, vindos de toda parte. Além do encontro e das celebrações, o evento foi marcado por uma grande assembléia. Dezenas de caciques e outras lideranças indígenas participaram com o intuito de manifestar a opinião do povo indígena a respeito dos desafios atuais que ameaçam aceleradamente o futuro desta nação. O fruto da assembléia é a publicação de uma mensagem da Amazônia ao mundo, intitulada "100 anos na esperança" que objetiva unir e mobilizar toda a mundurucânia, a sociedade brasileira e todas as pessoas de boa vontade no compromisso de preservar a vida – floresta, rios e seres humanos – na Amazônia para que os nossos filhos e netos tenham um futuro feliz.

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Caixa Postal: _____ Fone: _____

CEP: _____ Cidade: _____

Estado: _____ País: _____

Importante: Envie por fax ou correio – junto com o cupom preenchido o comprovante (ou cópia) do seu depósito

Campanha “ EU DEFENDO A CAUSA INDÍGENA” é lançada em Brasília

A campanha “Eu Defendo a Causa Indígena!”, resultado de uma aliança entre o Cimi e a Associação de Juízes para a Democracia (AJD), foi lançada no dia 13 de junho, no auditório Dom Hélder Câmara, da CNBB. Na foto, a juíza Dora Martins e Emília Altini, vice-presidente do Cimi. Foto de Laila Menezes.



O movimento disponibilizou um manifesto na internet com o intuito de colher o maior número de assinaturas de pessoas favoráveis à causa indígena para mobilizar os três poderes. Os escritores e intelectuais Eduardo Galeano, Boaventura de Souza Santos e Frei Betto, além de atores como Wagner Moura e Leticia Sabatella, disseram: “Eu Apoio a Causa Indígena! E você?”

“A Associação dos Juízes para a Democracia (AJD) é constituída por juízes que não se conformam com a lentidão do Judiciário brasileiro. Tivemos a oportunidade junto com o Cimi de visitar os Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, e ficamos bastante sensibilizados. Entendemos que como juízes precisávamos fazer alguma ação”, afirma Dora Martins, integrante da AJD.

Eis o relatório emocionante de Dora Martins depois de sua visita aos Guarani Kaiowá:

DO AMOR, DO ÓDIO, DO ÍNDIO

“Foi uma experiência de amor; amor que nos remete a nós mesmos, e que nos alimenta com a possível esperança de um mundo de diferentes que se mirem sem medo ou ódio.

Voltamos, hoje, da viagem aos diferentes e humanos Guarani Kaiowá, em Mato Grosso do Sul... O ódio aos Guarani está em todo canto por aquele Estado tão cheio de verde da cana e da soja e do dinheiro... Emocionante ver os indígenas nos receberem com rituais e danças e celebrações.

Que se espantem todos os espíritos do mal! Dançamos, pisamos na terra deles, com eles. Ouvimos e fomos ouvidos. Foi emoção enrolada em emoção. Fizemos um minuto de silêncio, em meio à mata verde,

em círculo, no centro o local onde o Nisio Gomes sangrou e sangrou. Crianças tão pequenas e nada temerosas, com abraços e risos e danças também. Muitos líderes falaram, e “porque a justiça não se concretiza se nós, indígenas, aceitamos a lei do branco”? E nós, juízes, ali, “veneno e antídoto” a engolir em seco lágrimas insuspeitas. Conseguimos, estou certa, nos fazer ver além e através da toga. E foi bom. E o líder Jorge bradou justiça com a Constituição na mão, e as mulheres fizeram, na história, sua segunda ATY GUASU (assembleia) para discutir o medo de não terem terra, alimento, saúde e identidade. Mulheres indígenas com voz. Homens indígenas que querem voltar a ocupar seu território sagrado e tão vilipendiado. E as atrocidades se repetem compassadamente. Nos agradeceram os companheiros brancos, que lá nos receberam, e nos presentearam com a fala de que, com toda certeza, nós, juízes brancos, ao irmos até lá “fizemos história na história deles”. Mais lágrimas e legítimas. E foi tocante saber que eles acharam honroso e importante que juízas e um juiz que lá estiveram se fizeram acompanhar por familiares, crianças e filhos.

E tudo ficou tão familiar, tão igual, tão Brasil profundo de brancos e índios... um alento, para todos, e em especial para aqueles que lá, guerreiros bravios, lutam em prol da causa Guarani; lá, em Mato Grosso do Sul, onde juízes decidem os processos de uma perspectiva tão divorciada da terra e dos humanos valores indígenas, a ponto de entenderem que quando a prova é apenas a “fala do índio”, ainda que sejam dezenas deles, alega-se “falta de prova” para por fim ao caso... Afinal, para esse cego olhar da justiça de branco, palavra de índio não vale!”

O Mensageiro fica alegre em saber que existem juízes capazes de olhar a realidade do sofrimento indígena e reconhecer a incongruência da Justiça frente a injustiça.

Águas rasas, eu não posso ver suas ondas claras
lambendo meus pés
O mar está sem vida, preto e não azul

Águas rasas, onde eu via golfinhos
brincando perto de mim
E as algas balançando no ritmos da maré,
riam, não choravam

Traga de volta os dias quando cuidávamos
Quando todos esses problemas não estavam lá
Um grito de socorro, esta é minha canção
Se não fizermos nada, estaremos todos
perdidos

Águas rasas, eu não posso ver
A vida maravilhosa que Deus criou
Os navios e oleodutos continuam a passar
Virei a cabeça e você também

Silêncio em toda parte
Se não fizermos nada, estaremos todos
perdidos

Águas rasas eu não posso ver
Suas ondas claras lambendo meus pés

*Versos de Ta'Kaiya Blaney, 11 anos,
indígena do povo Sliammon,
do Canadá.*